

A Brasília dos Anos 80, na visão de líderes da comunidade, precisa ser conduzida como o jovem que atinge a maioridade: adquire direitos sobre seu próprio destino, com mais independência para assumir sua personalidade

Brasília, agora, posta em xeque

A cidade já se orgulha muito de sua história. Mas a questão agora é o que fazer com o futuro, que os planos não adivinham

Em mesa redonda realizada com membros da comunidade, o Correo Braziliense buscou captar alternativas para a "Brasília dos Anos 80". Uma cidade que, do ponto de vista arquitetônico, está prestes a ver concluída a obra de Niemeyer e Lúcio Costa.

Do ponto de vista econômico, só agora Brasília começa a discutir a sério quais alternativas vai escolher para superar o esgotamento das atividades que a sustentaram desde a sua fundação. Do ponto de vista social, preocupa-se com a necessidade de criar alternativas de emprego para a grande massa populacional que deve absorver a cada ano. E, finalmente, do ponto de vista político, começa a agora a procurar canais de participação da comunidade nos centros de decisões de seus destinos.

Todos esses problemas, e outros mais que interessam de perto à comunidade brasiliense, serão discutidos a partir de amanhã, no seminário Brasília - Anos 80, que a Universidade de Brasília organiza para a promoção do Correo Braziliense e do Governo do Distrito

CB - Para iniciarmos, seria interessante fizessemos uma avaliação de como vocês vêem os principais problemas desta cidade, no limiar da década de 80.

JONAS VETTORACI - Acho uma preocupação muito oportuna, a de lembrar que não basta darmos continuidade aquilo que se vem fazendo, mas que, além disso, deve-se propor novas etapas para a evolução de Brasília, para justificar - lhe o nome de "Capital da Esperança", através de uma realidade cada vez mais concreta para o homem que vive, aqui, a sua realidade. Como administrador de uma cidade - satélite, sinto que é muito importante que se refaça um pouco o caminho já percorrido e se dêem, também, soluções que complementem as etapas que foram desenvolvidas mas não concluídas ainda, para que essa parte anterior seja o sustentáculo, uma base firme para novas etapas na evolução de Brasília, e não só para si, mas com representatividade para todo o Brasil.

CB - Dizem que em Brasília as cidades - satélites são guetos. O senhor, como administrador de Sobradinho, concorda com esta opinião ou acha que a administração atende bem às cidades - satélites? Como está esse relacionamento Plano Piloto - cidades - satélites?

JONAS - De fato nesses núcleos isolados chamados cidades-satélites, sentimos, nesses anos anteriores, certa tendência de isolacionismo. Havia uma preocupação de concentrar-se mais no Plano Piloto. Sem merecer o que os outros já fizeram pelas cidades-satélites, notamos no atual governo uma preocupação maior, já no início, na escolha de pessoas da própria região, para as administrações das cidades-satélites. A escolha de pessoas da comunidade reflete a preocupação do próprio governo em trazer para si elementos que possam coadunar-se com essa nova dinâmica de integração, nas cidades-satélites, de todas as pessoas que construíram também o Plano Piloto.

CB - Como vocês encaram a Brasília dos anos 80?

LINDEMBERG AZIZ CURY - Brasília realmente tem características diferentes. É uma cidade que cresce tremendamente, há um fluxo migratório muito grande para cá. O que vemos observando é que uma cidade do interior tem um crescimento normal, e esse crescimento é naturalmente disciplinado de acordo com os recursos da própria região. No entanto, aqui, em Brasília, isto não acontece. Não temos uma ideia do que vai ser Brasília, e sua região, daqui a dez anos, por exemplo. Se analisarmos o que era Brasília há dez anos atrás e o que é hoje, vemos ter uma surpresa muito grande.

Estamos muito preocupados com problemas de ordem social, porque economicamente o progresso caminha normalmente. Dentro de campo social sabemos que, com a desativação da indústria da construção civil em Brasília, que é o principal setor de geração de emprego na cidade, vamos ter que criar um meio de fixação, criar alternativas, sobretudo na região geoeconômica. Por exemplo, há pouco tempo nos concentramos na expansão da faixa da Amazônia, Legal, área da Sudam, o que abria novos mercados de trabalho nessa região. Para nós seria muito interessante que dessemos trabalho a esse contingente que ficará ocioso daqui a um tempo, e certamente vai gerar problema de ordem social dentro de Brasília.

CB - É a participação da comunidade no Governo local, como vocês vêem isto?

LINDEMBERG CURY - Uma das campanhas em que trabalhamos intensamente foi esta, a de escolha de pessoas daqui da cidade, que tivessem vivência com os problemas locais. Em Brasília - como é do conhecimento de todos - éramos surpreendidos por governadores que, às vezes, nunca tinham vindo a esta cidade.

JOÃO BATISTA PINHEIRO CABRAL - Parece que o coronel Lamaison é o primeiro que tem experiência prévia com Brasília. Até então, todos eram importados de outras regiões do País.

LINDEMBERG - É o primeiro. S. Exa. está aqui há mais de dez

Federal. Como que numa pré-estréia dos debates que certamente empolgarão a cidade de amanhã até sexta-feira, apresentamos hoje trechos de uma mesa-redonda que realizamos, ontem, com quatro representantes de expressivos setores da comunidade.

São eles Lindberg Aziz Cury, empresário de reconhecida liderança entre seus pares e presidente da Associação Comercial do DF. O padre Jonas Vettoraci, pioneiro da cidade-satélite de Sobradinho elevado pelo Governo Lamaison à condição de administrador regional daquela cidade. O economista Paulo César Timm, representante de Brasília no Conselho Nacional dos Economistas, ex-coordenador do grupo de gestão do Programa Especial da Região Geoeconômica de Brasília e, atualmente, membro da Comissão Executiva Nacional do PTB. E o professor João Batista Pinheiro Cabral, do Departamento de História da Universidade de Brasília, como os demais portador de grande conhecimento e vivência dos problemas da Capital Federal.

anos. Conhece Brasília. PAULO CÉSAR TIMM - Isto é muito importante: os secretários dele não só moravam em Brasília como eram ligados às questões de Brasília. Isso aí talvez tenha sido um ponto importantíssimo e positivo. Tenho para mim que a administração de Lamaison, face às outras administrações do Distrito Federal, é, sem dúvida, uma das que estão mais atualizadas com a problemática de Brasília.

PINHEIRO CABRAL - E parece foi o primeiro a enfrentar de frente o problema da migração desordenada, aqui mencionada anteriormente. Parece que outros governos chegaram, de modo muito tênue, a mencionar o problema, mas ninguém teve fôlego ou disposição, na época, de vir a público, pela imprensa, pelas reuniões palacianas, pelas reuniões dos secretários competentes, de tomar uma posição e dizer: Não podemos continuar ignorando o problema, e alguma coisa deve e tem que ser feita a fim de que se enfrentem esses problemas sociais que o Lindemberg projetou muito bem, quando houver a desativação da construção civil e o deslocamento de considerável parcela da mão-de-obra assalariada, de níveis de um até cinco salários mínimos, que vai ficar ociosa e, conseqüentemente, gerar tensões sociais.

CB - A colocação de Lindemberg é muito oportuna, inclusive gostaria de conversar mais sobre ela. Quais as alternativas que a cidade poderia oferecer? Você falou, por exemplo, na criação de pólos industriais na região geoeconômica. O Timm, que trabalhou no Programa da região geoeconômica, vê condições para isso?

TIMM - Vejo condições para isso, mas não acho que isso fosse solução para a população que já está em Brasília. Acho que vai ser um pouco difícil fazer - talvez nem fosse desejável - uma transmigração, uma nova migração dessas populações para áreas periféricas a Brasília.

Sem dúvida, se houvesse abertura de oportunidades em pontos selecionados, com complexos agroindustriais, em Alvorada do Norte, em Unai, em Anápolis - que



Jonas: participação da comunidade

o Lindemberg conhece bastante bem - isso contribuiria decisivamente para reorientar os fluxos migratórios. Para a população que está aqui, e é hoje uma população que já tem uma taxa de desemprego das mais altas do país, acho que se tem de pensar em política concreta de emprego, medidas efetivas orientadas pelo governo e que poderão, por exemplo, levar a uma ampliação, a uma abertura de oportunidades no setor terciário - comércio, setor hoteleiro, por exemplo. Brasília tem um potencial turístico, não aproveitado, imenso. Mas isso deve ser orientado. Até hoje temos uma orla em torno do Lago que poderia ser convertida, digamos assim, em centro de lazer, de aproveitamento turístico.

CB - Aliás, parece que há um tabu dentro da programação de Brasília nessa exploração desse lago turisticamente.

TIMM - Há países, como o México, que fazem do turismo não só uma solução local, mas uma solução até para o problema de balanço de pagamentos. Acredito que Brasília poderia equacionar grande parte de sua problemática de emprego criando oportunidades e alternativas: pequenas empresas comerciais, pequenos negócios, estímulo ao artesanato, coisas do gênero que poderiam elevar sensivelmente o aproveitamento da mão-de-obra, articulados com um programa de aproveitamento turístico da cidade. Tenho a opinião de que medidas concretas de emprego, sob orientação governamental, deveriam ser elaboradas, para equacionar a questão.

Jonas - Nesse ponto, quero destacar o papel que pode ser desempenhado pelas cidades-satélites. Estamos conseguindo transformar aquelas localidades dormitórios, as quais fala com tanta tristeza, mas com grande esperança em laboratórios de soluções. Seria, por exemplo, incentivo a indústrias não-poluentes, já que poluição tem que ser evitada a todo custo em Brasília. Criamos, para isso, em Sobradinho, a primeira Coordenação de Defesa do Meio-Ambiente, a Codema. Para isso estou notando inclusive o interesse de várias pessoas de outras cidades, como São Paulo e de Juiz de Fora

(MG). A ideia é estabelecer uma área industrial para indústrias não-poluentes, fixando o morador na região. Essa é a ideia também do secretário de governo, dr. Renan, de criar agrovilas, apertar a zona rural de todos os recursos para fixar a pessoa naquele local. Uma espécie de cinturão, para que não houvesse essa migração desordenada, sem objetivo para o centro de Brasília.

A população rural do Distrito Federal é baixíssima. Um projeto desses - como, aliás, havia no plano original de Brasília, que era colocar na área periférica de Brasília intensa atividade agrícola - terá resultado altamente positivo em termos de absorção de mão-de-obra. Pelo menos são pequenas unidades de produção, pequenas unidades operacionais, mas com densidade tecnológica elevada, com alta produtividade e capacidade de absorção de mão-de-obra muito grande.

CB - Isto que está no plano original, vocês acham que está começando realmente a funcionar na área rural?

Lindemberg - Temos debateido bastante dentro deste quadro que foi traçado pelo Paulo Timm. Acharmos que qualquer dessas soluções evidentemente, teria que contar com apoio do governo - sem o governo não se pode fazer nada. O padre Jonas lembrou muito bem que onde existem mercado de trabalho e condições de habitabilidade, estudos e lazer, a população se fixa. Então, que se deve fazer para fixar, em agrovilas, ou em áreas industriais dentro da região geoeconômica, porções de população?

Uma das maneiras seria contar com a ajuda direta do Banco do Brasil, em termos de financiamento. Pega-se, por exemplo, uma indústria, cujo projeto será financiado. Esse projeto pode ser de grande alcance, mas é preciso que se dêem condições de montar, para essa população que será empregada, escolas, casas, além de lhe dar um mercado de trabalho. Então, montando-se esse esquema de trabalho nessas regiões, haverá fixação de pessoas. Quando se reúnem esses três ou quatro itens - lazer, trabalho, estudo - o homem se fixa. Agora, essas indústrias deverão ter um compromisso contratual pelo qual receberão um incentivo, para atender a essas exigências sociais. Serão, evidentemente, indústrias que receberão orientação para determinado setor de importância dentro do quadro industrial do país.

Timm - Lindemberg, a respeito do que você está falando - em princípio estou de acordo - existe um grande problema. Não se vem conseguindo adotar essas soluções porque o governo do Distrito Federal se inibe frente a essas questões. Há o que eu chamaria de discriminação. Há uma discriminação terrível dentro da cidade de Brasília, uma discriminação na absorção de técnicos qualificados que possam eventualmente contribuir para decisões ou soluções desse tipo.

Primeiro há uma discriminação natural: como o governo do Distrito Federal não consegue pagar salários compatíveis com os que se pagam na área federal, os quadros mais qualificados vazam e o Distrito Federal fica desprovido desses melhores quadros.

Por outro lado, há uma discriminação ideológica muito grande. Brasília é uma cidade que não tem uma personalidade própria capaz de impor à estrutura governamental a participação de técnicos da mais variada gama ideológica. Ela não tem força para isso, em razão - provavelmente - desses anos todos de autoritarismo que vivemos. Muitos técnicos, porque são vetados em determinados momentos, não podem participar dos planos e projetos, não podem dar sua contribuição.

Sempre se procura apresentar, como prova de que isso não é verdade, o fato de que, volta e meia, se chama o comunista Oscar Niemeyer para dar palpites. Isto é falso. É um recurso que encobre uma profunda discriminação. É do interesse do conjunto da comunidade que se deixe isso bastante claro, bastante efetivo. Posso dizer, com toda a naturalidade, porque eu próprio sou vítima dessa discriminação, não da comunidade como um todo, tanto que aqui estou, mas do ponto de vista do aparelho governamental. Há uma discriminação a todos aqueles segmentos que não sejam seguidores do governo.

Portanto, já há uma discriminação econômica, pelo lado da incapacidade de pagar salários compatíveis e uma discriminação ideológica vai, enquanto isso, afastando técnicos da melhor qualidade, que poderiam contribuir para a formulação de planos, de soluções alternativas, e são marginalizados em grande parte. Poderia citar nomes de vários técnicos da melhor qualidade que tiveram de se afastar de Brasília, porque não têm condições de permanecer trabalhando nesta cidade, por discriminação ideológica.

LINDEMBERG - Acho que, dentro do quadro que traçou, se



Lindemberg: o social preocupa

existirem, por exemplo, indústrias, agrovilas, esses técnicos poderiam ser absorvidos.

CB - Aqui caberia uma observação, para que todos opinassem sobre este assunto. Considera-se que há um risco muito grande na criação de unidades industriais - grandes ou pequenas - que tendessem a atrair um número muito grande de mão-de-obra, se não se fizesse algo semelhante - precedendo à implantação em Brasília - nas áreas-pólo da região geoeconômica. Se não cuidarmos da absorção de mão-de-obra em Unai, em Uruaçu, em Anápolis, em Catalão, em Pires do Rio, etc., cidades da periferia não-imediata de Brasília, a tendência é que Brasília, com a força de atração que tem, venha adrener os recursos, a mão-de-obra dessas próprias cidades. Então Brasília, além de continuar atraindo gente de regiões distantes - do Nordeste, do Rio Grande do Sul, de Minas Gerais - ainda poderia subtrair os melhores recursos dessas cidades da periferia imediata.

Assim, se vai ser indispensável que se criem alternativas de emprego para a população que já está aqui, parece também necessário que, ao mesmo tempo, se criem alternativas, de emprego, em número mais elevado, nas cidades da periferia de Brasília.

LINDEMBERG - Realmente é preciso enfatizar esse problema. Isso é importante.

PINHEIRO CABRAL - O tipo de indústria que se pode implantar em Brasília ela pode ser seletiva, ela pode ser pré-escolhida, a ponto de não causar esse problema, que viria a agravar na situação, em vez de solucioná-la.

Uma coisa que sinto que Brasília se ressentiria profundamente é não ter uma indústria de vestuário. Tudo que se compra de roupa em Brasília em qualquer lugar, vem de indústrias paulistas, catarinenses, paranaenses.

Vejo que há uma lacuna extraordinária. O povo de Brasília compra muita roupa. E é mão-de-obra que tende a ser oferecida pelo pessoal que já tem o curso primário ou secundário, para operar as máquinas de fazer roupas e vestuário em geral é preciso ter certo nível. E Brasília tem um sistema educacional relativamente bom, em termos de Brasil. Acho que estamos relativamente bem servidos aqui, em Brasília. Assim, poder-se-ia instalar aqui uma indústria que pagaria mais que dois salários mínimos, tranquilamente. Essa indústria não aviltaria o mercado de trabalho.

CB - Mas seria permitido isso? Não há uma inibição, ou alguma coisa dessa ordem?

LINDEMBERG - É permitido sim. O que ocorre é que o comércio vive muito em função de contingências de necessidade. Quando o pessoal sente que há necessidade da implantação de determinada indústria, de aumentar a oferta de um produto, ele passa a trabalhar. Por outro lado, aqui em Brasília quase todas são indústrias de pequeno porte, elas são carentes de capital de giro. É fundamental superar isso.

PINHEIRO CABRAL - O Banco do Brasil, como se referiu antes, deve ter algum programa, ou pode criar algum programa, que resolva esse problema.

CB - O BRB tem programação de financiamento para esta área também.

PINHEIRO CABRAL - Além do mais, o preço do vestuário que você paga em Brasília, grande parte dele é onerado pelo fator transporte. Sabemos que essas peças são transportadas por caminhões, caminhões que queimam óleo diesel. Óleo diesel, parece, é um dos maiores problemas da política energética que o governo está enfrentando. Você diminuiria o preço do artigo consumido em Brasília consideravelmente.

TIMM - O grande problema é que em Brasília não há uma estrutura de produção de conhecimentos. O Distrito Federal, por exemplo, é uma das poucas unidades da Federação que não tem um órgão de pesquisa, uma fundação de amparo à pesquisa.

PINHEIRO CABRAL - Há um Conselho de Desenvolvimento Econômico de Brasília, do tipo do federal.

TIMM - Que não funciona.

LINDEMBERG - Ele existe. Já

foi aprovado, mas nunca funcionou. Prates da Silveira, no apagar das luzes de sua administração, anunciou, com muita euforia, que estava criado o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social. No governo Elmo Serejo, o assunto ficou parado. No governo Lamaison, quando completou 100 dias, o governador esteve na Associação Comercial pedimos a ativação do Conselho, e houve uma promessa de que seria acionado. Recebemos isso com muito entusiasmo, porque é uma maneira de ouvir a opinião de pontos da liderança da comunidade, de diversos setores.

Do jeito que está, fica parecendo que falta imaginação criadora entre o próprio empresário.

PINHEIRO CABRAL - Tenho a impressão de que oportunidades há.

O requisito para isso é que haja pesquisa. Há que orientar. Qual a matéria-prima disponível? Onde está? Como aproveitá-la? Qual a forma? Não há um órgão de pesquisa, não há recursos para pesquisa, não há a valorização do pessoal de pesquisa, do pessoal técnico em Brasília. Essa mesa-redonda é muito boa, porque ela levanta os problemas, mas daqui não pode sair, por exemplo, o programa da indústria do vestuário. Quem é que pesquisa?

TIMM - Então, pode-se criar, por exemplo, uma fundação de amparo à pesquisa no Distrito Federal, para estudar o problema da migração, o problema das cidades-satélites, o problema da indústria, que tipo de indústria; essa fundação deveria ter ampla dotação de recursos, inclusive com acesso a fontes como Finepe, como CNPq, porque aí se cria um canal de fermentação de conhecimentos, de projetos e de programas.

Então, está faltando um órgão de pesquisa dentro do Distrito Federal. A Codeplan não vem conseguindo cumprir essa função.

CB - Gostaríamos de voltar a problema que o Lindemberg levantou, da desativação da construção civil. Quando isso acontecer as tensões sociais poderão realmente explodir, se não houver alternativas?

JONAS - Temos, por isso mesmo, de olhar daqui para a frente; isto seria conseguido através de um grupo técnico, como esse sugerido, que estenderia aquilo que é mais de acordo com as necessidades reais de Brasília.

Agora do jeito que está, o indivíduo chega aqui, monta sua empresa com os próprios recursos. Já senti o interesse de várias indústrias de São Paulo, de Belo Horizonte, de Juiz de Fora, que vieram consultar qual o incentivo que o governo ofereceria para a montagem dessa indústria.

LINDEMBERG - O projeto que citamos, de ampliação da faixa da Amazônia Legal, para nós da região seria importantíssimo. São as indústrias que vão usar um percentual do Imposto de Renda para aplicar nessa região.

Confesso que é verdade que as áreas do Norte-Nordeste vão se sentir sacrificadas com isso, porque quem é que vai trocar um projeto, a uma hora de avião dos maiores centros do país, nesta região de Goiás, próxima de Brasília, e fazer um investimento em regiões mais distantes, onde não há estradas, onde não existe toda a infra-estrutura que há aqui. Hoje, onde é que nós, empresários, aplicamos? O excesso que teríamos de pagar de Imposto de Renda, aplicamos no Norte-Nordeste. E não está havendo um retorno dessas aplicações.

CB - Realmente está muito clara a posição que o Timm levantou: as ideias existem, possibilidades existem. O que falta são canais de articulação. É mais um artificialismo da cidade. Há a Associação Comercial, mas ela não tem, na sua estrutura, um departamento para projetos, porque lhe faltam condições específicas. Então, parece que este assunto levantado pelo Timm deveria ser encarado como um aspecto prioritário para a vida da cidade.

Marco Aurélio, uma coisa que devemos ter sempre presente com relação a Brasília: esta é uma cidade nova. Inclusive foi criada para ser o lugar em que se introduziriam novos procedimentos em todos os sentidos, mas especialmente na administração pública. Então, por exemplo, se é uma sugestão, absorvendo a ideia do Lindemberg, com a qual estou de acordo - por que não aproveitar a região de Brasília para reformular a sistemática de incentivos à formação de indústrias de desenvolvimento regional? Dou um exemplo: fala-se muito em mudar os incentivos ao capital para incentivos à mão-de-obra. Pois, então, vamos fazer um programa de incentivo à utilização de mão-de-obra na região geoeconômica de Brasília.

Fala-se muito, por exemplo, na questão da sistemática dos incentivos.

Continua na página seguinte